



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 02/2018

Data da Sessão Ordinária

23 de fevereiro de 2018

Início

20:30 horas

Termo

00:38 horas



Aos vinte e três dias, do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o n.º de registo 42, de dezasseis de fevereiro de dois mil e dezoito, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, António Manuel dos Santos Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo senhor Presidente da CMC, Sérgio Oliveira, pelo senhor Vice-Presidente, Jorge Pereira e pelas senhoras Vereadoras Ana Filipa Montalvo e Sónia Varino. Não compareceu a esta sessão a senhora Vereadora Júlia Amorim, tendo justificado a sua ausência.-----

Também esteve presente, para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, o senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, ambos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

Em seguida iniciou os trabalhos com Período antes da ordem do dia.-----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal Solicitou à senhora Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos. Feita a sua leitura e posta a votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra deu a conhecer o expediente que ocorreu entre a última Assembleia e a de hoje:-----

Terminada a leitura do expediente, o senhor Presidente da Assembleia informou que o Regimento da Assembleia Municipal iria transitar pelos líderes das bancadas, uma vez que

houve alteração relativamente à ordem de fatores na intervenção do público, fazendo questão que os líderes das bancadas o rubricassem.-----

Seguidamente colocou a Ata número sete de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete para aprovação. Surgiram alguns reparos a corrigir, entre os quais o reparo da senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins, da CDU, referindo que tendo em conta o regimento, no seu ponto número um, artigo trigésimo quinto, diz que de cada sessão deverá ser lavrada uma ata a qual deve conter um resumo do que é essencial. Perante a análise desta ata, que o senhor Presidente da Assembleia Municipal diz que é longa, o que concorda e na sua opinião, mais parece uma transcrição de tudo o que aconteceu nos vários discursos que foram ocorrendo durante a sessão. As atas poderão ou deverão conter as deliberações e os assuntos relevantes, porque naturalmente, as pessoas na Assembleia falam e mantêm um diálogo mais ou menos corrente e o nervosismo do momento não deverá transparecer nas atas. Esta era a sua opinião.-----

Posta a votação a Ata número sete de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete, foi aprovada por unanimidade com as devidas correções.-----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta RESITEJO – Aprovação de estatutos para criação de empresa intermunicipal e contrato de gestão delegada;-----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de revisão orçamental nº 1/2018;
4. Declaração de compromissos plurianuais e declaração de pagamentos em atraso a 31.12.2017 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso – Para conhecimento;-----
5. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;-----
6. Outros assuntos de interesse.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se pretendia intervir, pedindo a indicação do nome, localidade e assunto.-----

Inscreveram-se os senhores, Luís Gonçalves e Fernando Marques, ambos residentes em Constância e o senhor Carlos Lopes, residente em Montalvo-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Luís Gonçalves, cujos assuntos são relacionados com saúde pública e turismo ambiental. Quanto à saúde pública, os estabelecimentos de restauração e bebidas estavam sujeitos a inspeções de conformidade, por isso entendia que todos agradeceriam que lhes fossem entregues os relatórios periódicos de controlo de qualidade da água da rede. Sobre Turismo Ambiental, Constância reconheceu inequivocamente os três pilares da sustentabilidade do turismo,

desenvolvimento económico, social e ambiental ao apadrinhar investimentos em empreendimentos turísticos que anunciam a ecologia como um dos seus valores. Constância tem que ser pioneira na adaptação do seu produto turístico ao turista consciente que aceita o código mundial de ética turística, adaptando as condições da oferta nomeadamente nos percursos da natureza. Ao percorrer alguns *percursos pedestres*, deparamos com a existência de resíduos sólidos nas bermas de caminhos e trilhos (pacotes, embalagens, vidros), o que não representa minimamente o tipo de turista que Constância merece e reclama. Ações de voluntariado para a preservação do ambiente e a colocação de recipientes de quilómetro em quilómetro, até aos limites do Concelho nas Rotas do Zêzere e do Tejo, a recolha quinzenal dos resíduos e sua divulgação nacional e Internacional, credibilizaria o produto *Constância*, como destino turístico sustentável. O investimento teria que ser da responsabilidade proporcional dos beneficiários do turismo e aqueles que contribuem para a pegada ecológica.-----

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao senhor Fernando Marques, começando este por referir que o assunto que pretende apresentar é sobre um eucaliptal que existe aqui bem próximo na Rua da Arroçada de Cima, esse eucaliptal traz problemas relacionados com limpeza, bem como problemas de perigosidade. O problema coloca-se porque as árvores já são de tal dimensão que havendo um incêndio, há prejuízo para as pessoas e para as habitações. Se houver uma tempestade com ventos fortes, poderá criar problemas de saúde e bem-estar às pessoas. Verificou-se há pouco tempo, que esses mesmos eucaliptos têm efeito na rede de saneamento básico, com entupimento através das suas raízes. Gostaria de saber o que o executivo poderá fazer, ou o que poderá desenvolver, relativamente a esse aspeto. Outra situação que lhe parece pertinente é a colocação de postes de madeira para a instalação de fibra ótica, parece-lhe que está definido por parte da Comunidade Europeia que os cabos devem ser implantados por rede subterrânea. Refere nomeadamente a instalação dos postes na rua da Arroçada de Cima e na rua da Belavista.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal dá de seguida a palavra ao senhor Carlos Lopes, cujo assunto é relacionado com a construção de um muro junto à Estrada Nacional três. O senhor Carlos Lopes referiu que na localidade de Montalvo, junto à Estrada Nacional três, no sítio denominado de "Olheirão", está a ser construído um muro. Uma vez que se situa na Reserva Agrícola Nacional, questiona a Câmara se tem conhecimento e foi licenciado.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que este preste os devidos esclarecimentos:-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, agradeceu as intervenções começando por

responder ao senhor *Luís Gonçalves*, que relativamente ao relatório da água da rede, será analisado o assunto e em devido tempo dada uma resposta. Relativamente aos percursos pedestres, o facto de não estarem devidamente limpos e de existirem resíduos sólidos, referiu que o mandato se iniciou há cerca de quatro meses e tem havido um grande esforço para voltar a deixar a parte urbana da Vila no estado em de que gostaria, limpa, sem ervas, com os espaços verdes arranjados. O que referiu não tem sido feito por terem definido todas as prioridades para a limpeza da Vila, em que muitos funcionários estão envolvidos, mas também, na preparação das Festas. Registou e agradeceu as questões que serão analisadas e resolvidas assim que seja possível. Quanto à questão que o senhor *Fernando Marques* colocou, informa, que o Gabinete de Proteção Civil irá sensibilizar numa primeira fase o proprietário relativamente à questão dos eucaliptos, pelo que na próxima semana esperava ter uma resposta. As regras que atualmente estão definidas no que respeita à floresta, nomeadamente em zonas urbanas, como é o caso, deverão ser cumpridas. A Câmara já elaborou um Edital através do qual sensibilizou as pessoas para a necessidade de limparem os terrenos. Quanto à questão do saneamento básico na rua referida, o problema estava sinalizado e tinha realmente levantado alguns problemas, nomeadamente roturas das condutas, não só pela questão das raízes dos eucaliptos, mas também por outro tipo de resíduos que se acumulam nas condutas dos esgotos. Em relação à questão que o senhor *Carlos Lopes* apresentou, a Câmara Municipal não tem conhecimento da obra, pelo que os serviços de fiscalização irão verificar a situação e atuar em conformidade.-----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA RESITEJO – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS PARA CRIAÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL E CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA;-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “O regime jurídico que regula a atividade da recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos sofreu um conjunto de alterações e definiu dois modelos padrão para as empresas neste setor poderem exercer esta atividade. Desses modelos pré-definidos pela legislação, a *Resitejo* não era enquadrada em nenhum desses dois modelos, em que as soluções eram: - Lei n.º. 75/2013, de 12/09, referente ao regime jurídico das autarquias locais que era transformar automaticamente a *Resitejo*, que é uma associação de direito privado, que tem capitais públicos dos municípios mas também chegou a integrar entidades privadas, transformar esta associação de direito privado automaticamente numa associação de direito público, ou seja, uma associação constituída apenas por municípios A *Resitejo*

estudou esta solução, dado ser a solução mais rápida e mais célere para todos, pediu pareceres jurídicos à Direção Geral das Autarquias Locais, e o entendimento foi sendo uma associação de direito privado, este mecanismo automático do Regime Jurídico das Autarquias Locais, ou seja da Lei nº. 75/2013, de 12/09, não era possível aplicá-lo. Como solução para que a Resitejo fosse enquadrada no modelo de gestão e de organização que a legislação prevê, seria cessar a atividade da *Resitejo* e criar uma nova empresa intermunicipal. Foi essa a opção tomada. O que vinha à Assembleia, já aprovado em reunião de Câmara era um trabalho feito em conjunto, entre os municípios que integram a Resitejo e a atual administração da mesma. Ressalvou que, contrariamente aquilo que acontecia no passado, em que durante algum tempo os privados detinham a maioria do capital da *Resitejo*, nestes novos estatutos, cinquenta e um por cento do capital é público e a maioria do capital e a gestão da empresa, será sempre das entidades públicas.”-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), que fez a seguinte intervenção: “Quanto aos estatutos da *Resitejo*, mas também à delegação de poderes dos municípios na futura associação, que é referido na ordem de trabalhos, existe também o estudo de viabilidade económica que não é referido na ordem de trabalhos, o que suponho que seria para aprovar, mas não vindo na ordem de trabalhos não poderá ser aprovado. Pretende dizer que nós, e até pelas justificações que o senhor Presidente apresentou, a *Resitejo* neste momento, não se enquadra na legislação, o que estamos de acordo que deverão ser alterados os seus estatutos. Agora a verdade e contrariamente áquilo que o senhor Presidente referiu, tenho conhecimento de que existem algumas câmaras que ainda não levaram sequer a reunião de Câmara e muito menos à Assembleia Municipal a questão dos estatutos, porque ainda estão à espera do parecer da ERSAR sobre os mesmos. Portanto, se a ERSAR questionar os estatutos ou esta proposta de estatutos, o assunto terá que voltar à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal. Esta será a razão por que alguns municípios ainda não levaram o assunto às reuniões da Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Assim, começo por dizer que é intempestiva esta discussão, porque estamos sujeitos a voltar a discutir este processo. Existem ainda uma série de questões que não podem ser dissociadas dos estatutos, porque a Resitejo é uma associação demasiado importante para os municípios, e que ao longo dos anos os municípios e particularmente o município de Constância, têm estado completamente alheados da gestão da Resitejo. Existem aqui questões que era bom conhecermos, e nunca fizemos aqui essa discussão, tirando duas visitas feitas há longos anos à *Resitejo*. A *Resitejo* está formada também muito com o empenho do ex-Presidente António Mendes e do ex-Presidente Sérgio Carrinho da Câmara Municipal da Chamusca que muito se envolveram na criação da *Resitejo*, mas a verdade é que a partir de

determinado momento fomos sendo afastados das decisões da mesma. Nós vamos alterar os estatutos, quanto é que os municípios e outras entidades devem à *Resitejo*? Quanto é que a *Resitejo* deve às entidades bancárias e a outros organismos? É verdade que nós não estamos aqui a discutir isso, mas é bom que nós tenhamos conhecimento da verdadeira realidade da *Resitejo*. Quantos subsídios foram dados às associações dos vários concelhos, particularmente na Chamusca, na Barquinha, mesmo em Constância, nós nunca soubemos, e participávamos nas Assembleias Gerais. Que acordos existem entre a *Resitejo* e as freguesias da Chamusca, particularmente a Carregueira, que tem trabalhadores destacados nas Juntas de Freguesia. Esses contratos somos nós que pagamos, são os nossos trinta e nove euros que pagamos por tonelada. É importante que nós saibamos, porque é que não existem estes contratos com a freguesia de Santa Margarida, e porque é que não existe uma estação de medição de qualidade do ar na freguesia de Santa Margarida. Quando terminei a minha atividade na Câmara Municipal, bem como o Presidente António Mendes, pagávamos trinta euros por tonelada de resíduos, hoje paga-se trinta e nove euros, ou seja, em oito anos houve um aumento de trinta por cento, que inflação é que houve? Estas são algumas questões que são importantes que se discutam, para nós em consciência aprovarmos ou não. Com estes estatutos ainda tinha uma esperança que as Câmaras Municipais tivessem mais interferência, afinal o que nós vimos é um Conselho de Administração, em que a Câmara Municipal de Constância nunca participou, nem sequer na Assembleia Geral, gerido por um administrador delegado. Com a alteração desses estatutos pensava que o poder dos municípios fosse reforçado, afinal continua a haver um Conselho de Administração que pode delegar no Presidente do Conselho de Administração. Fica tudo exatamente como está, não vamos ter qualquer poder na gestão, particularmente nestas e em muitas outras. Tenho consciência que qualquer município que ceda a recolha de resíduos em baixa fica automaticamente afastado dos tarifários, e isso é um risco que não devemos correr, porque cada concelho deve ter a capacidade de definir as suas taxas e as suas tarifas. Todas estas dúvidas, todas estas questões e muito mais, não dão confiança para votar favoravelmente este documento mas, o senhor Presidente da Câmara já disse, que nós neste aspeto, não podemos viver sozinhos.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Deputada Carmen Silva (MIC), que na sequência do que ouviu, pensa que estes estatutos podem ser uma forma de estrangular os munícipes e como tal gostaria de ser esclarecida acerca do ponto cinco, do artigo nono, do Contrato Gestão Delegado, onde é dito que o projeto tarifário mencionado no número três poderá ser revisto anualmente ou no próprio exercício sempre que a rentabilidade, ou seja, a relação entre o resultado líquido e a soma das vendas de

prestação de serviços seja inferior a seis e meio por cento, ou superior a sete e meio por cento. Gostaria de ser esclarecida como aparecem os seis e meio por cento, em relação à inflação, pois parece-lhe uma boa rentabilidade, que vai ter que ser paga eventualmente pelo município. Em relação ao artigo quadragésimo primeiro, da secção quatro, dos estatutos da *Resitejo*, onde diz que o pessoal com relação jurídica de emprego público, pode exercer funções na sociedade mediante acordo de cedência de interesse público nos termos da Lei nº. 35/2014, de 20 de Junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, gostaria de ser esclarecida se isto não é um abrir de portas para algumas pessoas.-----

A senhora Deputada Isabel Costa (PS), solicitou a palavra para pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, que é o seguinte: Dado que a proposta que vinha da reunião de câmara mandar submeter a aprovação os documentos, minuta do Pacto Social, minuta do Contrato de Gestão e os estudos de viabilidade económica ou financeira, e tal como o deputado Rui Ferreira referiu, na convocatória apenas vinha a aprovação dos estatutos e a aprovação do contrato de gestão delegada, questionou o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal se também estava para ser aprovado o estudo de viabilidade económica ou financeira, conforme vinha da reunião da Câmara Municipal. Apesar do que nos trazia aqui hoje ser a aprovação dos estatutos para a criação da empresa intermunicipal, também entendia, tal como o Senhor Deputado Rui Ferreira, que o contrato de gestão delegada e os estudos de viabilidade financeira deveriam fazer parte deste processo para terem conhecimento da situação financeira da *Resitejo*. Apesar de não ser essencial para o que hoje estava-mos a tratar, dado que o que ia acontecer era uma transferência global do património do ativo e passivo para esta nova entidade, era importante uma noção da situação mais abrangente, para que houvesse mais conhecimento na altura de se pronunciarem. Também referiu ter ouvido com muita atenção alguns desabafos do senhor Deputado Rui Ferreira sobre certas questões do passado, nomeadamente quanto ao funcionamento da *Resitejo*, mas também achava que era importante lembrar que certas questões que colocou não poderiam ser respondidas pelo atual executivo, eram questões anteriores, a *Resitejo* tinha sido criada em mil novecentos e noventa e sete e ao longo destes últimos anos, o Município de Constância foi gerido pela CDU, portanto, muitas das coisas que referiu poderiam ter sido respondidas e acompanhadas pelos executivos anteriores.-----

O senhor Deputado António Mendes (CDU), pediu a palavra, referindo que tinham sido aqui referidas dívidas muito grandes que alguns Municípios têm com a *Resitejo*, e o Município de Constância teve sempre a preocupação de não ter dívidas com a *Resitejo*, nem com outras Entidades, mas existiam alguns Municípios que não pensavam assim, e

deviam umas largas centenas ou milhares de euros, questionando se com esta passagem para uma nova entidade essas dívidas eram divididas, apagadas ou esquecidas?-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para poder responder às questões que foram apresentadas.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

“Em algumas questões que o senhor Deputado Rui Ferreira colocou, diria que quem ouvisse a sua intervenção e não conhecesse este processo, ficaria com a ideia que a *Resitejo* teria sido criada há três meses e que todos estes problemas são da responsabilidade deste executivo e desta maioria que gere atualmente a Câmara Municipal. Relativamente ao facto do assunto ter sido já aprovado pelo Município de Constância na reunião de Câmara e vir agora a esta Assembleia Municipal, é porque gostamos de honrar os compromissos, honrar a calendarização. Este processo foi analisado por todos os Municípios, foi analisado pelos nossos serviços jurídicos, e tem de estar fechado até final do mês de fevereiro. Isto foi o que ficou definido entre os Municípios e a *Resitejo*, se algum Município não tiver fechado o processo, deverá assumir a sua responsabilidade. Pretendo dizer que não é só Constância que está a fechar este processo, o concelho da Barquinha tem hoje também, a sua reunião da Assembleia Municipal onde será discutido o processo da *Resitejo*. Não posso deixar dizer ao senhor Deputado Rui Ferreira que é com agrado que verifico a sua preocupação com a ERSAR (*Entidade Reguladora do Saneamento e Águas Residuais*) e vou explicar porquê, o senhor Deputado sabe que a ERSAR, enquanto entidade reguladora do setor, define parâmetros para os respetivos tarifários nas várias áreas da sua competência, e um dos pontos para os Municípios poderem aceder a fundos comunitários para a remodelação da rede de águas e da rede de saneamento é precisamente cumprir com esses tarifários mínimos da ERSAR. Também não posso deixar de dizer a esta Assembleia que este executivo, a atual maioria, apresentou duas candidaturas uma para a ETAR da Pereira e rede de Saneamento e outra para a Remodelação da ETAR de Montalvo, e um dos critérios da apreciação dessas candidaturas, é o cumprimento ou não, por parte dos Municípios dos mínimos do tarifário definido pela ERSAR. Devido ao não cumprimento desse critério, tivemos a necessidade de contrapor e justificar numa dessas candidaturas, a razão por que é que o Município de Constância não dava cumprimento a esses pareceres e recomendações que a ERSAR tanto alerta que os municípios têm que cumprir. Tudo isto para dizer que nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, não podem chamar a ERSAR quando dá jeito e esquecer a ERSAR quando não dá jeito.-----

Quero deixar bem claro que esta situação de não cumprir o tarifário da água no nosso Município, em função das recomendações da ERSAR, pode-nos levar a que as

candidaturas a fundos comunitários para a ETAR de Montalvo e o Saneamento Básico na Pereira possam não ser aprovadas.”-----

Quanto às outras questões que o senhor Deputado Municipal Rui Ferreira levantou, referindo que desconhecia os acordos que existem entre a Resitejo e as Freguesias do Concelho da Chamusca. Sabia que a Resitejo tinha apoiado na aquisição de um Parque Infantil que se encontrava no Parque Ambiental de Santa Margarida. Na questão das Assembleias alargadas e de um debate sobre esta questão, referiu que toda a documentação que recebeu da *Resitejo* tinha sido enviada para as senhoras Vereadoras da CDU em novembro, que a analisaram e fizeram chegar um conjunto de sugestões que foram enviadas à Resitejo. O facto de referir que não tinha havido esclarecimento, não correspondia à verdade.-----

Quanto às questões que a senhora Deputada Carmen Silva levantou, relativamente ao ponto cinco do artigo nono do contrato de gestão delegada, a questão dos tarifários está balizada no número três, pelo que o número três diz “a fixação e alteração das tarifas depende da prévia aprovação dos primeiros outorgantes”, ou seja, dos Municípios, portanto qualquer intervenção que haja nesta questão tem que ter sempre a aprovação dos Municípios, quanto à questão do artigo quarenta e um “*personal com relação jurídica de emprego público*” era uma situação normal que decorria da lei, qualquer trabalhador que tenha um contrato em funções públicas e que queira ir trabalhar para a Resitejo, através de cedência de interesse público entre as instituições com o devido acordo entre as partes, pode fazê-lo através da mobilidade.-----

Relativamente à questão que o senhor Deputado António Mendes colocou sobre as dívidas, não seriam apagadas, estavam no ativo e no passivo da *Resitejo*.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para solicitar ao senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareça a senhora Deputada Isabel Costa sobre a questão que lhe colocou.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a sua interpretação sobre esta questão, é que os estudos de viabilidade económica, são documentos complementares aos estatutos e ao contrato de delegação, que não era obrigatório serem votados e aprovados, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, eram documentos complementares de suporte à documentação enviada.-----

O senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), solicitou novamente a palavra para referir que se tratava de assuntos efetivos e muito reais e o seu contributo, visava apenas salvaguardar os interesses do concelho de Constância e dos munícipes de Constância. O senhor Presidente tinha referido que a responsabilidade não era deste executivo. Nem sequer era do anterior, porque ele próprio esteve na *Resitejo* e várias vezes perguntou o que se

passava e não tinha resposta, e se algum subsídio foi dado para uma coletividade do Concelho, tinha sido pelo facto de também terem dado para outros Concelhos. Quanto à ERSAR, referiu que esta não tinha poderes para definir preços da água nem dos esgotos, nem dos lixos no nosso concelho, sugeriam e propunham, não tinham poderes, mas podiam chantagear. Também não deveria ser motivo no futuro, para aumentos do preço da água ou dos lixos resultantes dessas obrigações.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu ao senhor Deputado Rui Ferreira, referindo que sabia que a ERSAR não impunha preços a ninguém, apenas recomendações, mas quando nos candidatava-mos a fundos comunitários para a remodelação da ETAR de Montalvo e para a colocação de saneamento básico na localidade da Pereira um dos itens que contava para a aprovação da candidatura era o cumprimento dessas recomendações. Lembrou que a senhora Vereadora Júlia Amorim, na última reunião de câmara referiu que não sabia se iria ter algum processo judicial por não ter dado cumprimento às recomendações da ERSAR, ela própria não sabia se iria ser chamada à responsabilidade.-----

A senhora Deputada Carmen Silva (MIC), pediu a palavra, referindo que no século em que estamos, colocar aqui um caso de vida ou de morte, relativamente à RESITEJO não faz sentido. Em sua opinião não existia só esta entidade, vivemos num mundo global, e estes contratos eram por tempo prolongado, referindo que daqui a dez ou vinte anos nem sequer sabemos como está o mundo e que empresas existem.-----

O senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), voltou a pedir a palavra para referir que os assuntos não deveriam ser deturpados, o senhor Presidente disse que não havia alternativa, quando as vereadoras da CDU, tinham apresentado uma, por que razão não tinha sido aceite?-----

O Senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra para responder ao Senhor Deputado Rui Ferreira, referindo que as senhoras Vereadoras da CDU, não apresentaram qualquer alternativa, apresentaram um conjunto de questões que gostavam de ver alteradas no *Estatuto da Resitejo* e que do debate entre os dez municípios não foi possível alterar. Num processo de negociação não podemos impor a nossa vontade, apresentamos aquilo que pensamos que deverá ser alterado e, umas são aprovadas outras não.-----

E não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com votos contra do Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) e da senhora Deputada Carmen Silva (MIC), quatro abstenções da restante bancada da CDU, doze votos a favor da bancada do PS.-----

O senhor deputado Rui Ferreira (CDU), apresentou declaração de voto que fica anexada a esta Ata como Anexo I, e dela faz parte integrante. -----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1/2018;-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto:-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, informou os senhores Deputados que esta primeira revisão ao orçamento tinha duas vertentes essenciais, por um lado, a elaboração do orçamento em si, que é um trabalho que exige um grande empenhamento dos trabalhadores e do executivo, por outro lado, existem sempre rubricas que não são contempladas no orçamento inicial. Este orçamento tinha uma parte que era a abertura de rubricas que não estavam inicialmente previstas no orçamento aprovado na Assembleia Municipal de Dezembro e por outro lado tinha a abertura de outras rubricas de oportunidades de candidaturas a fundos do turismo, nomeadamente as candidaturas da substituição dos passadiços em madeira no Parque Ambiental e a Torre que se encontra encerrada, o Parque de Lazer de Montalvo onde estava enquadrado o Parque Infantil, que também se encontrava encerrado, e a questão da beneficiação de algumas Rotas Turísticas, nomeadamente a substituição de alguma sinalética existente na Vila que se encontrava degradada. Eram estas as alterações propostas, colocando-se ao dispor para responder às questões que os senhores Deputados pretendessem colocar.-----

A senhora Deputada Carmen Silva (MIC), pediu a palavra para questionar se na Câmara Municipal não existiam técnicos que pudessem elaborar projetos relacionados com candidaturas evitando assim recorrer aos serviços externos, nomeadamente consultadorias.-----

O senhor Deputado António Mendes (CDU), também pediu a palavra, na linha do que acabou de ser dito, se era possível clarificarem ou informarem que estudos aqui são preconizados ou propostos.-----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Manique, pediu a palavra para questionar sobre a Extensão de Saúde de Montalvo, da qual o senhor Presidente tinha feito referência em Dezembro no almoço do idoso e da qual gostaria de ter uma resposta daquilo que se pensa fazer e quais as diligências que estão a ser feitas.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelos senhores Deputados Municipais.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou com as questões da senhora Deputada Carmen Silva, que se cruzavam com as questões do senhor Deputado António

Mendes, sobre a questão da Autarquia ter ou não ter técnicos que pudessem desenvolver estudos, referindo que a Autarquia tinha técnicos, mas esses técnicos não tratavam só das questões das obras que o município pretendia lançar, também tinham toda a análise técnica em relação às obras particulares. O que tinha sido definido entre o executivo que gere a Câmara Municipal e o senhor Chefe de Divisão Municipal, Eng. Jorge Heitor, foi de que os serviços internos só se dedicariam nesta fase, ao trabalho da elaboração do projeto para o arranjo do largo e arruamento para o Cemitério de Montalvo, dado que não haveria capacidade técnica para tantos processos de obras particulares, devido ao seu aumento, para além de que, este tipo de projetos exigia uma especificidade diferente de um projeto normal, ou seja, tinha um conjunto de características que era necessário acautelar, para que as candidaturas no âmbito do Turismo, fossem devidamente aprovadas. Dando os exemplos do passadiço no Parque Ambiental que era necessário substituir, a construção de uma nova Torre para o Parque Ambiental que não passe por uma solução em madeira mas por uma solução mais duradoura e o Parque de Lazer em Montalvo, projetos que aprovados, serão financiadas a oitenta ou oitenta e cinco por cento. Referiu que gostaria de evitar esta despesa em projetos e em pareceres, mas para um Município pequeno como o nosso, era fundamental recorrermos a estas linhas de apoio para conseguirmos realizar algumas das obras com o apoio do Turismo. Ou seja, quanto mais depressa fosse submetida a candidatura, mais depressa teria a garantia que havia o financiamento, e com este financiamento se poupariam muitos euros ao Orçamento Municipal. Em relação à questão da Extensão de Saúde de Montalvo, o que pretendia dizer a esta Assembleia Municipal, era que já tinha tido uma reunião com a senhora Secretária de Estado da Saúde. Estavam em fase de negociações, e por esse facto não podia ainda transmitir qualquer conclusão. Já tinha havido uma reunião entre os técnicos da ARS (*Administração Regional de Saúde*) e os técnicos da autarquia e que nas próximas semanas os técnicos da ARS viriam à freguesia de Montalvo para em conjunto com os nossos técnicos, Eng. Jorge Heitor e Arq. Manuela Lopes, verificarem as condições e as possibilidades, que existem para a questão da Extensão de Saúde de Montalvo. Após este reconhecimento, haveria uma resposta final, a qual seria transmitida à população, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.-----

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da bancada da CDU, uma abstenção do MIC e doze votos favoráveis da bancada do PS.-----

PONTO 4 - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO A 31.12.2017 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – PARA CONHECIMENTO;-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção sobre este ponto.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que não era mais do que dar conhecimento à Assembleia Municipal dos compromissos plurianuais que estão assumidos para dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte e seguintes, e dar conta que o município não tinha pagamentos em atraso a trinta e um de Dezembro de dois mil e dezassete até à presente data.-----

PONTO 5 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;-----

O senhor Presidente da Assembleia questionou os senhores Deputados se pretendiam fazer intervenções, relativamente à informação do senhor Presidente da Câmara.-----

Pediu a palavra a senhora Deputada Maria do Rosário Martins (CDU), fazendo algumas observações relativas a este ponto que considerou semelhante a um diário por não existir alusão aos assuntos abordados. Para esta Assembleia Municipal e para todos os Municípios, seria vantajoso ter algum conhecimento das áreas temáticas abordadas ou a finalidade destes contactos, se foram identificados constrangimentos ou potencialidades, ou mesmo se houve alguma proposta de melhoria nalgum destes assuntos abordados. Poderia em sua opinião, estar subjacente o princípio da transparência e da ética. Para o efeito referiu alguns exemplos, como uma reunião com o senhor João Pombo, que exerceu funções de Proteção Civil num Município. Qual Município?-----

Pediu a palavra o senhor Deputado Rui Ferreira CDU, referindo que neste documento vem mencionada uma reunião tida entre o senhor Vice-Presidente e o senhor Manuel Caldelas, gostaria de saber qual o assunto, ou o que se tratou nessa dita reunião, porque era testemunha do Município num processo em Tribunal contra o senhor Caldelas, e por esse facto, gostaria de saber se a conversa versou sobre o processo que está em Tribunal. Outra questão, era sobre a adjudicação de bens e serviços, uma contratação para os artistas da festa de vinte e nove mil e trezentos e noventa euros mais IVA, e depois, logo de seguida outra contratação para prestação de serviços de produção de espetáculos e aluguer de equipamento à mesma empresa, de sessenta e um mil euros mais IVA. Pensava que a adjudicação de bens e serviços de ajuste direto, só poderiam ir até setenta e cinco mil euros e gostaria de saber se estava correto, porque estas duas parcelas davam noventa mil euros mais IVA. Um outro assunto tinha a ver com o Posto de Transformação do Centro Escolar de Montalvo que era de quarenta e cinco mil euros, também por ajuste direto. Terminou referindo que no Sítio (*página Web*) da Câmara nas adjudicações, não estava nada disto, o que em seu entender era curioso.-----

O senhor Deputado Rogério Palácio (CDU), pediu a palavra para referir que não obstante o senhor Presidente da Câmara Municipal já se ter pronunciado sobre as questões da saúde, verificava que nas reuniões que são visíveis na agenda apresentada, não percebeu qual o ponto da situação no que respeita por exemplo ao médico nas Freguesias de Constância e Santa Margarida que já tinha sido substituído e o que se perspectivava em termos de desenvolvimento de política de saúde. Já em relação à situação de Montalvo estava perfeitamente esclarecido depois de ouvir o senhor Presidente da Câmara Municipal. Outra questão que colocou tinha a ver com uma reunião ocorrida com o representante da empresa de comunicações da *Altice*, e o senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia vinte e três de janeiro, onde deduzia, mas gostaria de perceber, se a questão da fibra ótica tinha sido apontada e qual o envolvimento do concelho neste problema. Era uma questão que não era nova, e já a tinha apresentado ao anterior executivo.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

Relativamente às questões que a senhora Deputada Maria do Rosário Martins colocou, informou que a reunião que o senhor Vice-presidente manteve com o senhor João Pombo, foi a pedido do próprio e não tinha problemas em dizer onde ele exerceu ou exercia funções que era no Gabinete de Proteção Civil do Município de Abrantes, e tinha solicitado uma reunião para troca de impressões com o Vereador do Pelouro da Proteção Civil, foi apenas isso, uma reunião de troca de algumas impressões sobre a Proteção Civil. Quanto à adjudicação de bens e serviços, referiu que efetivamente existe o limite de setenta e cinco mil euros, desde que o objeto seja o mesmo, neste caso eram objetos contratuais diferentes, ou seja, de um lado estavam a contratar artistas, do outro lado estavam a contratar tendas, fogo-de-artifício e um conjunto de serviços completamente diferentes, razão pelo qual não foi feito concurso público. Referiu que o concurso público é um procedimento demorado, muito mais demorado que um ajuste direto e o Executivo que só tomou posse a vinte e um de Outubro, sem nada preparado, com as festas este ano mais cedo do que era habitual, seria de uma grande irresponsabilidade avançar para concursos sob pena de não terem as adjudicações e restantes procedimentos efetuados dentro do tempo. Relativamente ao Posto de Transformação do Centro Escolar de Montalvo, lembrou que tinha sido um processo iniciado no anterior mandato que estava parado e que foi agora concluído, não tendo o atual Executivo nenhuma intervenção nesse aspeto.-----

Quanto à questão do *site* da Câmara Municipal, gostaria de ter já um *site* diferente, com mais informação, neste momento, já tem mais informação carregada que anteriormente e se algum Deputado quiser verificar algum contrato a Câmara Municipal disponibilizará

todos os contratos e toda a documentação. Nas próximas semanas a Câmara Municipal terá, assim o espera uma tabela atualizada na página do Município no portal da *base.gov* (*portal dos contratos públicos on-line*) (www.base.gov.pt), onde é obrigatório publicar todos os contratos, para eficácia do próprio. Relativamente às questões que o senhor Deputado Rogério Palácio colocou e quanto ao médico de família em Constância e Montalvo, tinha estado em contato com o coordenador da unidade, o Dr. Novais Tavares, transmitindo-lhe que esta situação é preocupante dado haver pessoas a necessitar de consulta médica. O Dr. Novais Tavares, referiu que tinha alguma dificuldade em conseguir médico através do regime de prestação de serviços até que a ARS abrisse um novo concurso para colocar um médico, sendo esta uma situação provisória. Através da ajuda da senhora farmacêutica, Dr.^a. Marisa, proprietária da Farmácia em Constância e do Posto em Santa Margarida, tentaram encontrar um médico que estivesse na disposição em regime de prestação de serviços, através da ARS, que viesse assegurar mais horas de consulta para que a situação estabilizasse. Tiveram uma reunião entre o Dr. Tavares e o médico, reunião que foi acompanhada pelo Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, tendo o clínico mostrado a sua disponibilidade para assegurar as consultas no Centro de Saúde de Constância e na Extensão de Saúde de Santa Margarida. O que ficou estabelecido foi que o Dr. Tavares iria colocar a questão à Diretora do ACES (*Agrupamento de Centros de Saúde*) e à ARS, pelo que aguardava e estava convicto que este clínico iria ser contratado e que esta situação iria estabilizar voltando os nossos munícipes a ter de volta um médico de família. Em relação à reunião que teve com a *Altice*, a questão abordada foi a fibra ótica e as notícias não eram as melhores, dado que a empresa não tem na lista de prioridades a colocação de fibra ótica nas zonas do concelho onde ainda não existe, no entanto, continuaria a insistir e a pressionar, não abandonando esta pretensão.-----

O senhor Deputado Rui Ferreira pediu a palavra para referir em resposta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que não punha em causa que o site estivesse melhor, o que tentou referir em concreto, era a *plataforma eletrónica dos contratos públicos* sobre as adjudicações, em que apareceu agora a do PT (*Posto de Transformação*), mas há muitos dias que não era mexido, questionando se quem coloca os dados na plataforma nacional, não poderia igualmente colocá-los também no *site* da Câmara? Relativamente a contratos que transitaram do anterior mandato, pensa que seria possível suspende-los, e fazer um concurso público que certamente resultaria numa poupança.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas:-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu ao senhor Deputado Rui Ferreira, sobre o problema do *PT do Centro Escolar de Montalvo*, referindo que tinha sido apenas

um exemplo, pois, o processo de compra não estava finalizado, mas o PT já estava instalado, portanto não havia nada a fazer, tinha sido um mero formalismo adjudicar o procedimento.-----

PONTO 6 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Deputado António Mendes (CDU), referindo este que pretendia apresentar algumas questões tendo a primeira a ver com a limpeza das matas e a proteção urbana e florestal, questionando o que é que o Município pretendia fazer? Se é que pensava fazer alguma coisa, porque também os meios eram o que eram. Apercebe-se que os pequenos proprietários se preocupam com o quintal ou a zona envolvente à habitação, mas, o grande problema é que deve ser minimizado, tinha a ver com os grandes proprietários. O Município deveria fazer algo dentro das suas possibilidades, até porque se o não fizer pode ser sancionado. Relativamente ao Conselho Municipal de Turismo, perguntou se houve algum incremento. Para terminar questionou a situação do Açude de Santa Margarida, qual o ponto de situação.-----

O senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), pediu a palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o que foi dito pelo senhor Ministro da Administração Interna sobre a divulgação de um conjunto de cento e sessenta Concelhos críticos para os incêndios, entre os quais a Chamusca, a Barquinha, Tomar e Abrantes e não tinha Constância, e aquilo dava dinheiro a fundo perdido e juros bonificados, questionando o senhor Presidente sobre a razão da exclusão. Outra questão que apresentou foi uma resposta da ANACOM (*Autoridade Nacional de Comunicações*) sobre o serviço dos correios baseado numa proposta aqui aprovada, em que está definido no contrato que foi feito pela ANACOM e os CTT. Este documento tece algumas considerações e contém alguns dados que era importante os eleitos saberem. Era um documento interessante para conhecimento.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu em primeiro lugar ao senhor Deputado António Mendes, na questão das florestas, a Câmara Municipal fez sair um Edital para sensibilizar as pessoas para a limpeza dos terrenos e das faixas (*Faixa de Gestão de Combustível*). Esteve presente numa reunião que se realizou no antigo Governo Civil em Santarém, onde ficou definido que a GNR (*Guarda Nacional Republicana*), nomeadamente o *Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro*, daria algum apoio nos Concelhos do Distrito de Santarém na identificação dos casos prioritários para se proceder à limpeza, esse grupo já tinha visitado o nosso Município, fazendo o levantamento das situações mais problemáticas junto às povoações, para efetivamente sensibilizar os proprietários para o seu cumprimento até quinze de março deste ano. O Município já tinha feito o levantamento da área que é de cerca de quatrocentos hectares e se algum privado não cumprir com a

limpeza da propriedade, devidamente identificada pelo Gabinete de Proteção Civil e das Florestas, o Município procederá à sua limpeza, notificando os respetivos proprietários para o respetivo pagamento. Relativamente ao Conselho Municipal de Turismo, ainda não avançou nada estando no seguinte ponto; Foi pedido à Técnica do Turismo para que comesse a delinear em conjunto com os restantes trabalhadores ligados a esta área, direta ou indiretamente, um programa para o Turismo no Concelho. Depois de ter um esboço do programa, avançaria para a criação do Conselho Municipal de Turismo. O programa será discutido entre todos os intervenientes para que no final exista uma estratégia para o turismo do nosso Concelho. Quanto à terceira questão, Açude de Santa Margarida, a Câmara apresentou o contraditório, mas até à data não obteve resposta a dizer se foi rejeitado ou aprovado.-----

Em relação às questões que o senhor Deputado Rui Ferreira colocou também ligadas à proteção da Floresta, o senhor Presidente referiu que oficialmente não tinha quaisquer informações. Quanto à questão dos CTT e da ANACOM, teve uma reunião com o gestor da nossa área dos CTT, em que reforçou as queixas que estava a receber dos nossos munícipes. Foi informado que os inquéritos feitos no nosso Concelho, davam um grau de satisfação com os serviços, de noventa e tal por cento. Os inquéritos segundo apurou, tinham sido feitos na Rua Annes de Oliveira, Montalvo, na Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, em Constância e numa rua da Portela. Aproveitou para solicitar que divulguem, para que quando um munícipe diga que teve um problema com uma carta dos CTT, que passe a escrito, se necessário aqui na Câmara, para desta forma existir uma informação detalhada e sustentada.-----

Pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, José Manuel Ricardo para um esclarecimento sobre o Açude em Santa Margarida da Coutada, referindo que como todos sabiam, o açude estava sem concessão há vários meses, e a Junta de Freguesia de Santa Margarida tem recebido vários pedidos para concursos de pesca para o ano de dois mil e dezoito, pelo que não sabia o que fazer, se aceitar os pedidos de concursos ou o que responder sobre a situação.-----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Manique, pediu a palavra para solicitar um esclarecimento em relação ao Centro Escolar de Montalvo, referindo que faltavam sete meses até Outubro de dois mil e dezoito e pretendia saber em que ponto estava a finalização das obras, o apetrechamento do edifício e também as respetivas acessibilidades.-----

A senhora Deputada Isabel Costa (PS), pediu a palavra para referir um assunto que deveria ter sido apresentado na passada sessão da Assembleia Municipal que aconteceu em janeiro deste ano. Por essa ocasião a bancada do Partido Socialista tinha preparada uma

Moção referente ao rio Tejo, situação que na altura estava mesmo no seu pico, mas, por se tratar de uma sessão extraordinária não tinha sido possível apresentá-la, pelo que, tinha uma *Moção* para apresentar pela preservação do rio Tejo. O Senhor Presidente da Assembleia pediu para que a *Moção* fosse apresentada para aprovação para discussão.-- A senhora Deputada Isabel Costa (PS), leu a *Moção* que posta a votação foi aprovada por unanimidade para discussão. Aberta a discussão, o senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), solicitou a palavra para referir que pessoalmente concordava com a *Moção*, embora achasse muito redutor referir apenas as empresas de pasta de papel porque existiam muitos mais poluidores.-----

Pediu a palavra o senhor Deputado António Mendes (CDU), referindo que seria sensato não mencionar todas as empresas, porque existiam empresas que cumpriam, com as licenças que tinham. Era mais sensato colocar algumas empresas de pasta de papel e outros agentes.-----

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS), pediu a palavra para esclarecer os senhores Deputados Rui Ferreira e António Mendes, de que a *Moção* só referia a indústria de pasta de papel a montante de Abrantes, porque as referências que têm sido feitas através da comunicação social, só aquelas referencia, e as análises confirmaram a carga poluente das indústrias de pasta de papel situadas a montante do Açude de Abrantes.-----

O senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), pediu novamente a palavra para referir que a ETAR (*Estação de Tratamento de Águas Residuais*) urbana de Alferrarede também era a montante do Açude de Abrantes e também não cumpria os parâmetros.-----

Pediu a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que quanto à questão que o senhor Deputado Rui Ferreira levantou, a informação que tinha no âmbito da CIMT (*Comunidade Intermunicipal Médio Tejo*), era que para as ETAR's municipais terem alguma influência na poluição do rio Tejo, teriam que estar todas a descarregar para o rio em simultâneo, por isso não terá influência ao que aconteceu no rio Tejo a ETAR de Alferrarede, e a importância que tinha para a poluição do Rio era diminuta.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a *Moção "Pela preservação do rio Tejo"* apresentada pela bancada do Partido Socialista a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, ficando a constituir parte integrante desta Ata como Anexo II. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se mais alguém pretendia fazer alguma intervenção, tendo solicitado a palavra o Senhor Deputado Pedro Pereira (PS), para realçar o trabalho que a Autarquia tinha desenvolvido num curto espaço de tempo em particular na limpeza da Vila mas também a alteração do horário da *Loja Camões Com Sabor*, situada na Praça Alexandre Herculano, em Constância, que não fazia nenhum sentido ter uma loja que promove os produtos regionais estar encerrada ao fim de semana. Enalteceu também

o empenhamento do Município que com outras entidades particulares do Concelho, promoveram a candidatura às “*Sete Maravilhas à Mesa*”, com o objetivo de promover o que de melhor existe na região e no País. É uma excelente oportunidade para divulgar as diversas rotas e equipamentos existentes no Concelho, é com profundo agrado que constata que o executivo está atento, disponível para aproveitar este tipo de iniciativas e estas plataformas, de forma a impulsionar o nosso turismo.-----

A senhora Deputada Vanessa Almeida (PS), pediu a palavra para chamar a atenção do problema que era, a Lagarta do Pinheiro, questionando se era possível fazer sair um aviso, uma informação a alertar para os perigos das lagartas dos pinheiros que devido às alterações climáticas se têm multiplicado.-----

Pediu a palavra o senhor Deputado Natércio Candeias (PS), para referir que se tem falado muito nas questões das limpezas das matas mas em seu entender, tinha sido pouco ponderado o que fazer à biomassa proveniente dessas limpezas. Seria importante haver essa preocupação com a biomassa, nomeadamente nas oportunidades de negócio que vão surgir.-----

Um outro ponto tinha a ver com a segurança das pessoas. A passagem de trânsito rodoviário muito intenso, nas estradas que atravessavam o Concelho deveria levar-nos a uma preocupação, no sentido de serem analisadas as questões da sinalização, nomeadamente na aproximação a cruzamentos, curvas e zonas habitacionais.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. O senhor Presidente começou por responder à questão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada colocou sobre o Açude. A concessão caducou já há algum tempo, já tinham sido feitos contatos junto do *Instituto de Conservação da Natureza* para fazer um ponto de situação e o que tinha sido reportado pelo Instituto, foi que tinha havido uma alteração legislativa. O Diploma base estava aprovado, ficando a faltar a *Portaria* que regulamentava o Decreto-lei relativo a estas matérias e sem isso não puderam avançar com a emissão da concessão do Açude de Santa Margarida. A crescer a este facto, a técnica que estava a analisar o nosso pedido tinha entrado de baixa médica e a previsão para regressar ao serviço apontava para o dia dois de Março, com a indicação da urgência deste assunto. O conselho que deu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia, foi o de não aceitar a marcação dos concursos e convívios de pesca.-----

Quanto à questão que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo colocou relativamente ao Centro Escolar de Montalvo, referiu que o levantamento do apetrechamento estava efetuado e iria ser lançado o concurso público nas próximas semanas. Em relação às acessibilidades, tinha sido necessário retificar o levantamento

topográfico da área das mesmas, tendo esse serviço terminado hoje, pelo que na próxima semana estariam em condições de iniciar o processo de concurso público, para que em Setembro deste ano, o Centro Escolar de Montalvo esteja em funcionamento. Quanto às questões que foram colocadas pelo senhor Deputado Pedro Pereira, as mesmas não foram questões, tinham sido elogios. Relativamente às “*Sete Maravilhas à Mesa*”, pensava que era de todo importante o Município participar, estava a falar de um custo de inscrição de cento e quarenta euros, que podiam ter um retorno muito bom para o Município na afirmação dos nossos produtos regionais e do turismo. Quanto à loja *Camões com sabor*, tinha sido uma opção do Executivo ter a loja aberta ao fim de semana, em detrimento da sua abertura durante alguns dias da semana. Quanto à limpeza das ruas da Vila, pensa que estão melhor, mas ainda não estão ao nível daquilo que o Executivo pretendia, ainda existia muito trabalho para fazer na Vila, muita coisa para limpar e muita coisa para manter. Relativamente à questão que a senhora Deputada Vanessa Almeida colocou quanto à lagarta do pinheiro, era uma questão simples, através do Gabinete Técnico ou Florestal, iriam fazer o aviso e sensibilizar as pessoas para essa questão.-----

Relativamente às questões que o senhor Deputado Natércio Candeias colocou sobre a Biomassa, iria avançar no seio da Comunidade Intermunicipal. O Governo da República disponibilizou um conjunto de verbas para a criação de uma equipa de sapadores florestais intermunicipal e também da criação de um Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, ou seja os Gabinetes Municipais continuavam a existir em cada Município, no entanto, a nível intermunicipal iria ser feita toda a gestão do território dos Concelhos. Haverá uma linha de financiamento e estava prevista também a criação de uma central de Biomassa. Quanto a esta questão da Biomassa existiam muitas reservas por parte de alguns Municípios, ele próprio comungava dessas reservas. Quanto à segurança de pessoas, sinalética, também têm tido algum cuidado em sinalizar algumas situações dentro das estradas municipais que irão continuar.-----

O Senhor Deputado António Mendes (CDU), pediu a palavra para referir que relativamente à intervenção do senhor Deputado Pedro Pereira, e em relação ao que tinha dito na sua intervenção anterior, disse ser muito sensível às questões da limpeza e era inegável o que estava a ser feito, pois ninguém via algo e podia dizer que não via. Também gostaria de ver alguma evolução na criação do *Conselho Municipal de Turismo*.-----

O senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), pediu a palavra para se congratular com o número de bolsas de estudo atribuídas, significando isso que o Concelho e os nossos jovens estão de alguma forma a aproveitar e a investir na sua formação com vista ao seu futuro. Pretendia perguntar se a situação de alguns precários existentes no Município e também nas freguesias, mas particularmente no Município, está a ser tratada. Em relação ao muro

na Estrada Nacional três, achava estranho a Câmara Municipal não ter conhecimento, dado que teriam de dar parecer e licenciar. Também solicitou saber qual o ponto de situação do Senhor Caldelas.-----

A senhora Deputada Rosário Martins (CDU), pediu a palavra para dizer que já tinha sido informada e estava na Ata, que a representante do Município na CPCJ (*Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*) era a Técnica Superior Maria João Ferreira, gostava de saber por que razão existia sempre um Vereador na reunião restrita, como constava na lista das reuniões.-----

O senhor Deputado Rogério Palácio (CDU), pediu para intervir dizendo que na sequência da intervenção do senhor Deputado Pedro Pereira, também pretendia relevar que eram notórias as melhorias de pequenos arranjos, as melhorias de pequenas ou grandes limpezas que se iam fazendo na Vila, notórios aos olhos de toda a população, independentemente da bancada em que se sentam. Em seu nome pessoal agradeceu. ---

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. O senhor Presidente começou por responder ao senhor Deputado Rui Ferreira, quanto às bolsas de estudo não havia nada a dizer estavam em consonância nesse ponto. Relativamente aos precários existentes no Município, o processo estava a ser trabalhado, existindo um conjunto de dúvidas transversais a quase todos os Municípios, e por esse facto, solicitou um pedido de parecer à *DGAL (Direção Geral da Administração Local)* e à Direção Geral do Emprego Público que esclarecessem alguns pontos de dúvida, porque a legislação não era clara. Aguardava uma resposta da *DGAL*. Quanto ao muro na Estrada Nacional três, disse que não tinha dado entrada na Câmara Municipal nenhum processo de licenciamento da obra. O que iriam fazer era a fiscalização atuar em conformidade. No respeitante ao senhor Manuel Caldelas, era verdade que estava a decorrer um processo judicial referente ao ramal de um esgoto que envolvia o Município como réu, e o senhor Manuel Caldelas, autor da ação em Tribunal. Estavam a tentar, através de alguns contatos desenvolvidos pelo senhor Vice Presidente chegarem a acordo de forma a evitar a ida a julgamento. Esta tentativa de acordo decorreu por iniciativa do senhor Manuel Caldelas. Quanto à questão que a senhora Deputada Maria do Rosário colocou solicitou à senhora Vereadora Ana Filipa Montalvo, para dar os devidos esclarecimentos. A senhora Vereadora Ana Filipa Montalvo, respondeu que a questão tinha sido discutida na última Assembleia Municipal, pelo que, esse assunto ficou bem esclarecido.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para responder às questões do senhor Deputado Rogério Palácio, informando que quando definiram os investimentos ou as intervenções tiveram sempre a consciência de distribuir equitativamente as

intervenções que faziam através de recursos próprios, pelas três Freguesias. Começaram a fazer intervenções na Freguesia de Santa Margarida e algumas aqui em Constância e iniciaram algumas pequenas intervenções em Montalvo. Neste momento faltavam no imediato, alguns trabalhos a executar na Freguesia de Montalvo, mas fruto da preparação das Festas do Concelho foi necessário que esses recursos humanos tivessem que regressar à Vila. Agradeceu as palavras do senhor Deputado Rogério Palácio, referindo que o lema é continuar a trabalhar cada vez mais a favor do Município e dos Municípes.--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, por serem vinte e três horas e cinquenta e oito minutos e se preverem mais alguns minutos de Sessão, pediu autorização à Assembleia para prosseguir os trabalhos para além das vinte e quatro horas, o que foi concedido.-----

Pediu a palavra o senhor Deputado Natércio Candeias, para dar alguns bons exemplos respeitantes à colocação de sinalização Rodoviária.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida, se colocou à votação.-----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos.-----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais assuntos a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas zero horas e trinta e oito minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

António Luís Fernandes

Maria Tereza Brito de Matos Gomes

Carla Alexandra Pereira Silveiro

Anexo I

Contrato de Gestão Delegada e Estudo de Viabilidade Económica e Financeira

Declaração de voto

Considerações prévias

Pela atividade desempenhada a Resitejo representa uma das mais importantes, senão a mais importante, entidade que o município de constância é associado.

Desde a sua fundação, em que o nosso município, em conjunto com o município da Chamusca teve um papel determinante. Sempre acompanhámos de perto, de forma crítica e construtiva a evolução desta Associação tanto nos aspetos operacionais relativos a novas respostas necessárias aos mercados como no seu desenvolvimento tecnológico.

A importância desta Entidade para os Municípios associados não fica apenas pelo papel desempenhado mas também, e ainda, pelo compromisso financeiro por parte de cada autarquia, em que fruto dos compromissos financeiros da Resitejo o município de Constância assume uma responsabilidade de cerca de 240.000.00€ para efeitos da sua capacidade de endividamento.

Fruto da importância da Resitejo, da qual a Município de Constância é coproprietário, o assunto que hoje nos trás aqui deveria ser precedido de um amplo debate alargado e esclarecedor, por parte d todos os eleitos, sobre a gestão global da empresa e que direta ou indiretamente envolve a nossa comunidade concelhia.

A saber:

- a) Qual a razão que descarregando nós os nossos resíduos diretamente no aterro a nossa taxa de resíduos é igual á de Santarém, Alcanena ou Tomar em que o transporte, e os seus custos diga-se, são da responsabilidade Resitejo?
- b) Sendo as populações de Vale de Mestre e Portela as mais próximas geograficamente do aterro porque não a existência de uma estação de medição de qualidade do ar?
- c) Porque razão os (poucos) subsídios que conhecemos dados às associações do concelho, as faturas são passadas diretamente à Resitejo e não à coletividade? Como pode a Resitejo acomodar nas suas contas faturas de equipamentos desportivos ou ofertas para bombeiros?

- d) Que protocolos ou contratos tem a Resitejo com a Freguesia da Carregueira, nomeadamente na cedência d pessoal?
- e) Qual o valor dos subsídios pela Resitejo a coletividades e municípios em cada um dos Concelhos associados?
- f) Qual o valor das dívidas dos Municípios e outras entidades à Resitejo?
- g) Qual o valor total das dívidas da Resitejo às instituições bancárias e outras entidades?
- h) Com outra forma de gestão os preços cobrados aos municípios não poderiam ficar mais baratos?
- i) Sendo que nos anos recentes os investimentos na Resitejo foram na ordem dos 20 milhões de euros por que razão o valor do trespasse da empresa é apenas de 3.600.000.00€ conforme é hoje veiculado na imprensa?
- j) Não existindo parecer final da ERSAR sobre o projecto de Estatutos em causa não seria sensato, à semelhança de outras autarquias, esperar pelo dito parecer de forma a não termos que voltar a esta discussão?

Estas são apenas algumas das muitas dúvidas e questões que consideramos serem oportunas debater para que os eleitos conheçam melhor tipo de gestão está a ser feita e que tudo indica continuará no futuro.

Relativamente aos documentos em apreciação lamentamos s sua aprovação na globalidade porquanto os Estatutos da Resitejo poderão muito bem ser separados do Contrato de Gestão Delegada, recordando que o Estudo de Viabilidade Económica que faz parte do processo nem sequer consta da convocatória.

Começo por dizer que nada temos a opor à constituição da Empresa Intermunicipal e conforme justificação fornecida consideramos ser constituída rapidamente.

Quanto à minuta do pacto social da empresa intermunicipal delegatária a constituir e ao seu objeto referido n arteº.4 onde se prevê novas áreas de atuação nomeadamente recolha de lixo em baixa, Gestão de Canis e Gatis, Sistemas de Informação Geográfica, produção de Energia, etc., consideramos que, existem neste objeto áreas com os quais concordamos e outras em que temos dúvidas.

A recolha em baixa, aqui associada ao contrato de Gestão Delegada, sendo uma competência legal dos municípios não pode, quando a nós, ser delegada noutra entidade, pois esta é a forma que o município tem de definir a sua estratégia de gestão quanto à limpeza urbana do seu território e acima de tudo manter as rédeas de definição das tarifas a aplicar aos seus munícipes, sendo este um dos mais

importantes instrumentos e responsabilidade das autarquias locais. Esta é a fronteira que qualquer município nunca deveria ultrapassar.

Verifica-se que o poder se mantém concentrado no Conselho de Administração que por sua vez é delegado no seu Presidente.

Aliado a isto, o diminuto papel reservado à Assembleia Geral faz transparecer a fixação num modelo de gestão muito distante de uma empresa propriedade dos municípios. Há necessidade de alterações que permitam um reforço no acompanhamento da gestão por parte das câmaras, efetivos proprietários da empresa.

O modelo apresentado prevê ainda e apenas um Fiscal Único não contando com um Conselho Fiscal de forma a reforçar a participação e fiscalização.

No seguimento do que é dito a minuta do contrato de gestão a outorgar entre os municípios e a Entidade delegatária este contrato, tal como está especificado do lado dos municípios, tornam estes reféns de uma gestão sobre a qual deixam de ter, ou continuam a não ter, qualquer tipo de poder, sobre influência. Reafirmando o que já foi dito, mesmo a de definição de tarifas.

Tendo em conta o conhecimento que detemos e em que os aspetos negativos não se prevê que sejam alterados e todas as dúvidas subjacentes à atual e futura gestão não pode a CDU votar favoravelmente a proposta de Estatutos da Resitejo e o contrato de delegação de poderes.

Os eleitos da CDU

Constância, 23 de Fevereiro de 2018.”



ANEXO II

“Moção

Pela preservação do Rio Tejo”

O Rio Tejo constitui um recurso natural essencial para o nosso concelho e para a nossa região, não só para a atividade piscatória, bem como para a agricultura e para as atividades turísticas.

Temos tido conhecimento de frequentes focos de poluição no Rio Tejo, responsáveis pela destruição da sua fauna e flora e pela deterioração da qualidade da sua água.

O pico destas ocorrências foi atingido no passado dia 24 de Janeiro, num cenário nunca antes visto, a água do rio, junto ao açude de Abrantes, apresentava uma cor acastanhada e uma espuma branca e amarela.

Face a esta situação, a Assembleia Municipal de Constância, reunida a 23 de Fevereiro de 2018, manifesta a sua enorme preocupação e solicita às autoridades competentes, um aumento da monitorização da qualidade da água do Rio Tejo, um aumento da fiscalização do cumprimento dos parâmetros estabelecidos para os seus efluentes e a aplicação de sanções exemplares aos infratores, para que possa ser possível resolver este problema ambiental, que afeta fortemente o nosso concelho e a nossa região.

Constância, 23 de Fevereiro de 2018.

Os eleitos do Partido Socialista, “